

MUDANÇAS NA DINÂMICA REGIONAL: ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – 1985-1996

*Niemeyer Almeida Filho*¹

1 INTRODUÇÃO

O Triângulo Mineiro é uma das principais regiões econômicas de Minas Gerais, com participação aproximada de 8,5% do PIB total do Estado. Esta participação tem sido crescente, mostrando condições de crescimento vigorosas e diferenciadas do Estado. Em estudo anterior (Almeida Filho, 1998), mostramos que a diferenciação não se constituía numa comprovação empírica da tese da convergência das rendas regionais aplicada para Minas Gerais, conforme decorrência originalmente sustentada por Solow e largamente utilizada por pesquisadores de Economia Regional. No presente artigo, discutimos as condições de acumulação de capital para o Triângulo Mineiro no período de 1985 a 1996, mostrando razões estruturais que explicam as diferentes taxas de crescimento.²

A dinâmica regional pode ser apreendida de diversas formas. O recorte regional aqui utilizado é identificado com uma partição do espaço político do Estado de Minas Gerais (o Triângulo Mineiro), por razões de disponibilidade de dados, tendo a perspectiva teórica de superação no sentido de uma delimitação espacial pelo processo de acumulação de capital. Assim, o caráter dinâmico está referido a este processo, sendo evidenciado por séries temporais dos PIBs e dos seus componentes. O objetivo é apreender modificações na natureza do processo de acumulação de capital. A hipótese principal é que o esgotamento do padrão de desenvolvimento brasileiro que emerge e resulta do período de transição ao capitalismo avançado no País muda as condições de

1 Professor-adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP. Pesquisador e consultor *ad hoc* da FAPEMIG.

2 Este artigo baseia-se num relatório de pesquisa apresentado em 1999 a FAPEMIG: “Mudanças na Dinâmica Regional: Os últimos quinze anos da economia do Triângulo Mineiro”. O Autor agradece o apoio da Agência que permitiu não só a elaboração deste trabalho como alguns outros de bolsistas vinculados ao projeto.

acumulação na região, sem contudo diminuir o ritmo de crescimento em relação ao Estado.

Na primeira seção, apresentamos as origens do estudo e os aspectos teóricos que motivaram a pesquisa. Na segunda seção, discutimos a hipótese principal e apresentamos os principais dados empíricos. Finalmente, na terceira seção, apresentamos as conclusões.

1.1 Estudos anteriores sobre o tema

O então Departamento de Economia da UFU realizou dois estudos sobre a Região do Triângulo Mineiro³. O primeiro deles – Sinopse do Diagnóstico Socioeconômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba –, financiado pela SEPLAN-MG e publicado em 1985, é um trabalho que sistematiza dados censitários e geográficos e os complementa por levantamentos de campo nos principais municípios que compõem a região. Faz ainda, de forma pioneira, um estudo histórico da constituição da mesma. Há nele cinco recortes analíticos: o quadro natural, a história, a economia urbana, a economia rural, e a demografia.

De acordo com a proposta do estudo, “... o esforço analítico, necessário à reconstituição da dinâmica das transformações socioeconômicas porque passa a Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, depara-se com duas ordens de questões ...”. A primeira dessas questões relaciona-se aos esquemas convencionais de delimitação das regiões, e a sua adequação ao estudo da realidade. A segunda diz respeito ao corte temporal adotado. O estudo realizado procurou balizar-se por uma opção de tratamento de ambas as questões, definindo um objeto de estudo (uma região) um pouco distinto do considerado para fins estatísticos do IBGE e delimitando a análise ao período pós-1940, considerando esta década como de transição na história do país. Em termos práticos, isto significou trabalhar com o período 1940 a 1980, sobretudo as décadas de 60 e 70.

O estudo “A Sinopse” trabalha com algumas hipóteses. Segundo ele, uma das características marcantes da região foi a sua inserção, desde a ocupação, na dimensão mercantil da economia nacional. Sua privilegiada base de recursos naturais e, marcadamente, a sua posição geográfica estratégica via-

3 A partir de 2000, a Universidade Federal de Uberlândia efetivou uma mudança estatutária, constituindo o Instituto de Economia e incorporando os quadros do antigo Departamento de Economia e do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais (CEPES).

bilizou uma função abastecedora do “centro dinâmico” São Paulo. Atuando como entreposto comercial, a região redistribuiu o produto agropecuário do Centro-Oeste e Norte brasileiros, ao tempo em que provia estas regiões com produtos da indústria paulista. Isto significa dizer que através do comércio fundam-se as determinações do processo de modernização da região, engendra-se a acumulação da qual se deriva o aparelhamento dos seus principais centros urbanos e assentam-se as bases para a posterior expansão da agroindústria e para a diversificação produtiva regional. Partindo da constatação de um forte crescimento da região, em níveis superiores à média nacional, o estudo indica que isto obscurece problemas sociais “relativamente graves”. Indica, ainda, a intenção de retratar esta “dupla face” por dados estatísticos de modo a abrir, posteriormente, uma linha de investigação consistente. É, assim, um estudo exploratório, inicial.

O segundo estudo – O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro – 1960\1980 – foi concluído em 1988. O objetivo mais amplo da pesquisa era “avaliar o processo de desenvolvimento das forças produtivas na região, à luz do processo mais geral de industrialização da agricultura, que ocorre no Brasil a partir de 1960”. A linha do trabalho configurava-se em quatro pontos: 1) realização de um estudo mais geral que permitisse, em trabalhos posteriores, um aprofundamento mais rico e coordenado do tema, mediante pesquisa de campo; 2) identificação dos segmentos da agroindústria e agricultura que fossem mais relevantes para a região e para as mudanças estruturais que ocorrem no período; 3) ampliação do conjunto de dados então existentes mediante contatos diretos com as empresas, prefeituras e instituições governamentais; e 4) promoção do esforço analítico necessário à organização teórica desses setores, procurando identificar a organicidade existente entre as dinâmicas da agroindústria e agricultura. Algumas dissertações de mestrado de participantes das pesquisas – Brandão (1989) e Guimarães (1990) – desenvolveram posteriormente pontos específicos.

As conclusões do estudo podem ser sintetizadas em dois pontos:

- a) houve, ao longo do período considerado, uma mudança estrutural na economia regional com a emergência de uma agricultura industrializada sólida;
- b) o processo de mudança estrutural foi capaz de sustentar um nível de demanda efetiva superior à média do país, dando destaque à economia da região. A mudança estrutural é relacionada com a consolidação de São Paulo como pólo dinâmico principal da economia, no bojo da mudança do padrão de acumulação que ocorre

com a implementação do Plano de Metas e como único espaço onde as condições de acumulação são completas, considerando-se a existência de toda infra-estrutura necessária à operação industrial. Ressalta-se a forma contraditória mediante a qual se dá a inserção inicial da agricultura neste novo padrão de acumulação, uma vez que não é tomada como setor prioritário para fins de investimentos estratégicos. Somente a partir da reestruturação do sistema de crédito rural em 1967, o setor toma impulso, ao mesmo tempo em que há a formação de grandes empresas agro-industriais.

Ora, considera-se que as características da Região do Triângulo Mineiro, particularmente sua localização geográfica, foram extremamente favoráveis ao papel de região abastecedora de São Paulo quanto a alimentos, e intermediadora de produtos industrializados tanto para o Centro-Oeste do País quanto para Brasília. O comércio atacadista fortaleceu-se, viabilizando uma rápida modernização da agricultura regional, inclusive. As condições naturais da região, plana ou levemente ondulada, permitiram a implantação de técnicas de produção avançadas. As relações de trabalho capitalistas cresceram e englobam a maior parte do pessoal ocupado na agricultura. Em 1980, quase 60% deste pessoal era assalariado.

Com efeito, o estudo indica uma mudança estrutural da economia triangulina em dois momentos. Um primeiro, onde a constituição de um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, por si só, aumenta a acumulação interna, através da criação de demandas adicionais: tanto a função abastecedora, como a de intermediação, é intensificadas. Há um crescimento da urbanização com a formação de cidades médias e de meios de transporte, ambos os fatores favorecendo as duas funções referidas. Um segundo momento é caracterizado por uma alteração efetiva do perfil produtivo com a substituição de culturas tradicionais por outras voltadas à exportação e a implantação de agroindústrias e de um pólo químico. Este processo é comandado pelas políticas públicas federais orientadas para o aumento da oferta agrícola de exportação. O produto regional passa a ser formado por mercadorias de maior valor comercial tais como matérias-primas industriais, e voltadas à exportação como soja, cana-de-açúcar e carne bovina.

Segundo o estudo, a produtividade da terra cresce quase 100% em apenas 10 anos, enquanto que sugere que o mesmo deve ter ocorrido com a produtividade do trabalho, sem, contudo, sustentar-se em estatísticas. Paradoxalmente, o indicador “área ocupada por equivalente homem ano” decresceu, o que é explicado pelo fato da principal atividade regional – a pecuária – ter

ocupado extensivamente a maior parte da área produtiva. A intensificação mais recente desta atividade, especialmente ao longo da década de 70 com a expansão das pastagens plantadas e da utilização de silos para forragens, deprimiu o indicador, ou seja, intensifica-se o uso da terra. O estudo indica ainda uma possível manutenção deste movimento no tempo, pela existência de uma grande área ocupada pela produção extensiva.

A partir da década de 70, acelera-se o desenvolvimento das agroindústrias em bases modernas na região. Aumenta em número e volume de capital as empresas de beneficiamento e transformação de carnes, leite de soja e cana-de-açúcar. A implantação das agroindústrias faz com que a subordinação agricultura-indústria seja direta, sendo o grau relacionado à natureza dos vários produtos. A integração técnica é feita principalmente com pequenos produtores que produzem leite e aves de corte. O crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos menores do que 100ha é, em parte, explicado por esta integração.

Um ponto importante do estudo é mostrar que estas mudanças estruturais foram responsáveis por uma dinâmica regional diferenciada da média da economia brasileira e de São Paulo. A questão essencial apresentada é que isto ocorre pelos estímulos presentes especificamente naquele período, capazes de sustentar um crescimento diferenciado. Apreende-se da argumentação apresentada pelo estudo que, cessados estes estímulos, ficaria a economia regional em sintonia com os movimentos cíclicos da economia brasileira.

Por fim, indica-se, na conclusão do relatório, pelo menos duas linhas de pesquisa sugeridas pelo estudo:

- a primeira, advém da necessidade de se aprofundar o conhecimento da trajetória da estrutura econômica da região, o que passa pelo reestudo das mudanças estruturais postas na dimensão do próprio desenvolvimento regional;
- a segunda, indica que uma pesquisa semelhante deva ser feita para os anos mais recentes. O período que se inicia em 1980 apresenta circunstâncias bastante distintas e, mesmo assim, o nível de crescimento da região se mantém, considerando-se a queda geral no crescimento da economia nacional. Portanto, aponta para uma investigação dos elementos que determinam o investimento, ou, em sentido mais geral, para uma compreensão de como se dá a resolução da dimensão concorrencial a qual se efetiva no plano nacional (movimentação dos capitais individuais), em favor da região.

1.2 Objetivos do trabalho

A dinâmica da acumulação de capital na região processou-se em sintonia com os dois momentos e formas de integração do mercado nacional: o da articulação comercial e o da integração produtiva. Porém, o ciclo da atividade econômica não guarda identidade, apresentando características diferenciais nos recortes regional e nacional. Essas diferenças estão relacionadas à diversificação produtiva em cada caso, sendo comum uma especialização regional, se comparada à economia nacional.

Por outro lado, as formas específicas de articulação entre parcelas individuais de capital, dado o nível de acumulação regional, propiciaram uma certa autonomia de decisões estratégicas ao Triângulo Mineiro, sobretudo em relação a Minas Gerais, até *grosso modo* meados dos anos 70 (Brandão, 1989). A tendência à interiorização da sociedade e o fortalecimento do rodoviário como base do sistema nacional de transportes, dada a indústria automobilística como pólo nuclear do processo de industrialização, afirma a localização privilegiada, e estabelece esse espaço como importante entreposto.

Participando até aí de uma divisão inter-regional do trabalho enquanto “posto avançado do capitalismo paulista” (Cano, 1985), o Triângulo Mineiro logrou acumular diversas economias de aglomeração, cada vez mais escassas na AMSP (Área Metropolitana de São Paulo): baixos salários relativos, ausência de políticas ambientais restritivas, aluguéis e preço da terra comparativamente baixo, atividades sindicais incipientes, *etc.* (Affonso, Silva, 1995). Assim, o Triângulo tornou-se uma atrativa alternativa locacional.

Na verdade, o entendimento deste processo de alto dinamismo regional, durante um período crítico da economia brasileira, ainda não foi devidamente apreendido em toda a sua plenitude pelos pesquisadores da UFU, “esterilizando”, em certa medida, os esforços individuais e coletivos que realizaram detalhadamente o exame do movimento da acumulação de capital na região, desde sua ocupação até os anos 80. Verificamos que as análises sofreram solução de continuidade e, sobretudo, o exame mais aprofundado do papel do Estado neste processo ficou por ser feito. Mesmo em centros de maior tradição são limitados os estudos sobre as transformações regionais e urbanas na fase recente (Cano, 1993; Negri, 1994; Pacheco, 1998; Diniz, 1993; e outros).

Assim, o estudo pretendeu mostrar que uma conjunção de fatores complexificou a ação do Estado enquanto vetor transformador⁴ da dinâmica

4 Além do mais, o desmantelamento das contas nacionais, com a precarização crescente dos dados e informações, e dos órgãos de caráter regional, dificulta enormemente as

regional. Poderíamos destacar dois pontos para a discussão da dinâmica regional e urbana brasileira dos anos 80:

- i) a estagnação dos investimentos em obras de infra-estrutura, que tinham tido destacado papel no redesenho regional em décadas passadas;
- ii) ausência de estratégias articuladas de planejamento regional, sujeitando as “configurações espaciais” à ação dos grandes conglomerados privados, às injunções clientelísticas e de decisões macro-políticas⁵.

A inércia da ação estatal e, mais recentemente, a abertura desregulada do mercado tem potencializado efeitos destrutivos em inúmeros espaços do Território Nacional. Com o enfraquecimento da ação do Estado Nacional, este perde significativamente o papel articulador e sistêmico, desvinculando quase que totalmente a “instância deliberativa” das questões estratégicas. Problemáticas complexas, como a da articulação das diversidades regionais, estão deslocadas para a órbita privada que vai promovendo um movimento de configuração da dinâmica regional, ou, mais rigorosamente, de eleição de pontos cada vez mais seletivos e discretos – candidatos à “globalização” – engendrando, assim, uma espécie de “planejamento regional” dos grandes conglomerados, que promove o virtual descarte de regiões não-preferenciais.

No bojo deste processo, colocam-se novos requisitos locacionais, reafirmam-se e negam-se externalidades locais e regionais, “desconstróem-se regiões”. Surgem novas interdependências setoriais e territoriais, redefinindo circuitos produtivos regionais, atualizando fluxos de mercadorias, pautas produtivas e redes de poder.

Apesar da profundidade da crise em diversas porções periféricas da economia nacional, constataram-se a continuidade e a aceleração da implantação de unidades produtivas caracterizadas por crescentes traços de complementaridade, especialização e diversificação. Mais abertas ao exterior, as regiões da periferia também sofreram a crescente penetração do grande capital e das empresas estatais.

análises, sobretudo no pós-85, exigindo grande esforço de “cruzamento” de fontes diversas.

- 5 “Não só as mudanças econômicas resultaram em novas formas de articulação comercial e integração produtiva, mas também os interesses econômicos e políticos passaram a ser articulados em instâncias estranhas aos órgãos regionais, que antes eram o fórum privilegiado de articulação dos interesses” (Affonso, Silva, 1995, p. 39).

Com essas referências de fundo, o estudo procurou examinar a dinâmica de acumulação de capital no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período que se inicia nos anos 80, destacando o papel do Estado. A referência ao Alto Paranaíba apresenta duas razões. A primeira é que os estudos a partir dos quais esta pesquisa se articula incorporaram o Alto Paranaíba aos seus objetos, embora mantenham o foco principal no Triângulo Mineiro. A segunda é que as duas regiões apresentam diversas semelhanças, fazendo com que muitos dos aspectos atribuídos ao Triângulo Mineiro possam ser estendidos ao Alto Paranaíba.

1.3 Hipóteses

A hipótese principal do trabalho é que o esgotamento do padrão de desenvolvimento brasileiro (Almeida Filho, 1994) muda as condições de acumulação de capital no espaço e região estudados, sem contudo diminuir o ritmo de crescimento mais acelerado que o conjunto da economia nacional. Assim, opõe-se às conclusões de uma das pesquisas base de referência [Processo de Agroindustrialização] que ressalta, no que diz respeito ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e à sua dinâmica diferenciada, que:

“As mudanças estruturais [mencionadas no corpo do relatório] (...) foram responsáveis por uma dinâmica regional diferenciada da média da economia brasileira e de São Paulo. Esta disparidade é facilmente identificada nos períodos de crise cíclica, ao longo das duas décadas por nós consideradas. A questão essencial (...) é que os estímulos presentes neste período [décadas de 60 e 70], capazes de sustentar a demanda efetiva regional, cessam na década de 80. Em outras palavras, significa afirmar que a dinâmica diferenciada tem existência histórica específica, e não tende a persistir nos anos mais recentes.” (Almeida Filho, 1988, p. 132)

Parte dos dados de referência do próprio projeto de pesquisa já mostravam que a afirmação não se sustenta. Entretanto, há que se admitir que os estímulos que presidem a “demanda efetiva regional” desde os anos 80 são certamente outros. Há alterações nos fluxos migratórios, rendimentos do trabalho, perfil do investimento, participação do financiamento público, do comércio atacadista e do varejo, *etc.*, e, por conseqüência, uma alteração importante na composição setorial do PIB.

A alteração desses parâmetros de cálculo fortaleceu o capital local impondo-lhe uma reestruturação não-voluntária, distinta portanto da reestruturação do capital privado – nacional e estrangeiro – que ocorre no começo dos anos 80 e que tem a ver com a diminuição voluntária da propensão ao endividamento, ou ao risco. Entendemos que a resposta dos vários ramos industriais a esses estímulos – alteração de parâmetros – é importante para a compreensão do novo momento da dinâmica diferenciada, assim como é importante verificar a resposta dada especificamente pela agricultura, que perde favorecimentos abundantes criados na década de 70.

Outro aspecto importante, é que o setor público da região responde diferenciadamente à retirada gradual do financiamento federal – verbas destinadas ao financiamento de projetos locais e agricultura de exportação – dependendo, neste caso, das condições de arrecadação dos vários municípios. Nossa hipótese é que alguns deles, mais fortes em arrecadação, como o de Uberlândia e Uberaba, ganharam em organização social e, provavelmente, em organização produtiva.

Finalmente, nossa hipótese é que o mercado de trabalho não acompanhou a evolução produtiva, sendo ainda precário em organização. Os sindicatos são fracos (incapazes de influenciar decisivamente nos conflitos capital-trabalho) e os partidos políticos que representam os interesses dos trabalhadores desorganizados e sem identidade regional.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

A investigação da dinâmica regional, nos termos propostos pelo presente trabalho não é trivial. Há problemas metodológicos relacionados à forma de checagem das hipóteses que norteiam o desenvolvimento do estudo, sobretudo porque os dados disponíveis não foram levantados na perspectiva teórica utilizada.

Conforme o projeto de pesquisa, o artigo adota o método teórico-histórico de investigação. Nele, os conceitos são articulados ao processo histórico de desenvolvimento e dinâmica capitalista, no recorte utilizado ou delimitado pelo objeto de investigação. Além das categorias mais gerais, são elaborados conceitos analíticos próprios à pesquisa ou a estudos semelhantes. Enquadra-se neste caso a definição de Estrutura Econômica, por exemplo.

As referências de fundo quanto ao desenvolvimento e a dinâmica estão formuladas e sistematizadas em Possas (1987), baseadas nas formula-

ções de Keynes, Schumpeter, Kalecki e Steindl. Em relação à análise concreta da economia brasileira, o estudo se sustenta em Almeida Filho (1994).

A relação necessária para a investigação proposta entre a “economia regional” e a “economia brasileira” terá sempre a sustentação desses trabalhos. Entretanto, ela não é suficiente. A relação entre níveis distintos de determinação da dinâmica de acumulação exige mediações adicionais não triviais. A questão diz respeito às condições de apropriação local da renda gerada por unidades de capital que, embora tenham uma situação espacial determinada, têm uma operação muito mais ampla, em nível do mercado nacional ou mesmo internacional. Neste caso, a forma de aferição dos impactos das decisões de produção e investimento dessas unidades de capital só pode ser feita indiretamente, mediante levantamento empírico dos efeitos do processo produtivo local, sobretudo gastos com a força de trabalho e com insumos, mas também efeitos sobre a arrecadação de impostos e taxas pelos municípios e Estado.

Um outro aspecto importante do estudo diz respeito à forma pela qual se conceitua a região. Nos termos de referência, e mesmo no título da pesquisa e artigo, utilizamos uma delimitação espacial identificada com a divisão política de regiões. O Triângulo Mineiro consiste num conjunto de municípios que são, por sua vez, uma partição do Estado de Minas Gerais. No entanto, a perspectiva teórica apontada acima não sugere uma delimitação espacial pré-determinada, muito menos uma identidade entre regiões políticas e regiões econômicas. O movimento de acumulação de capital vai estabelecendo relações produtivas, financeiras, comerciais, de serviços, além de vinculações políticas de representação de interesses por segmentos e corporações que não são estáticas, tampouco podem ser limitadas espacialmente.

Neste sentido, a concepção teórica de região está relacionada à idéia de relações que são mais significativas para o interior dos limites do que para fora. Das relações apontadas acima são essenciais para essa definição as produtivas e comerciais, considerando a sua natureza material. Assim, a aferição de uma possível identidade entre a natureza política do Triângulo Mineiro enquanto região e a sua natureza econômica serão feitas ex-post à análise dos resultados empíricos. Além disto, não poderá ser completamente realizada nos limites do atual estudo uma vez que exige uma investigação dos municípios do entorno do Triângulo Mineiro, etapa que poderá se seguir à atual.

O levantamento dos determinantes da acumulação de capital na região é feito pela identificação da estrutura econômica dos municípios e pela investigação de suas modificações, apreendendo aspectos relacionados ao investimento, financiamento, produção, distribuição da renda e inserção no contexto da economia nacional.

3 LEVANTAMENTOS EMPÍRICOS

O levantamento dos dados empíricos necessários à caracterização da estrutura econômica dos municípios e da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi planejado em duas etapas:

- i) sistematização de dados secundários disponíveis nos principais órgãos oficiais de pesquisa de dados no País e que atuam na região definida: IBGE, Fundação João Pinheiro, BACEN, Ministério do Trabalho e IPEA;
- ii) levantamento de dados por pesquisa de campo realizada em todos os municípios da região alvo.

A sistematização dos dados secundários mostrou que alguns aspectos importantes para o desenho das estruturas econômicas não eram disponíveis, particularmente dados a respeito da natureza da atuação do setor público municipal. Foi elaborado um questionário para levantar justamente esses dados. Considerando a dificuldade de aplicação desses questionários, houve a opção por um teste nos principais municípios da região alvo: Uberlândia e Uberaba. Houve uma série de dificuldades, a maior parte delas decorrente da precária organização das prefeituras. Por esta razão, resolvemos fazer uma alteração na proposta inicial de cobrir todos os municípios pela pesquisa de campo, passando a utilizar uma metodologia de identificação de municípios padrão por extrato de tamanho, baseado na população e no consumo de energia elétrica, seguindo uma metodologia desenvolvida pela equipe (anexo 2). De um universo inicial de 67 municípios, passamos a investigar apenas 28, para os quais o questionário foi aplicado.

No processo de definição do município padrão ficou claro que o levantamento da estrutura econômica da região não é uma simples junção dos dados dos municípios. Há, claramente, pólos regionais, municípios (cidades) que determinam os resultados mais amplos. Assim, um estudo da dinâmica do Triângulo Mineiro, sustentado em dados daquilo que caracterizamos como estrutura econômica, não precisa cobrir todo o conjunto de municípios. A partir desta constatação, passamos a trabalhar com um nível de agregação de dados maior e, no limite, quase a nos circunscrever aos dados secundários. A razão é que os dados desagregados por municípios não apresentam, muitas vezes, compatibilidade. As informações dos municípios, sobretudo aquelas levantadas pelos questionários, ficaram como uma memória da investigação sem utilização direta neste relatório.

Apresentamos abaixo uma síntese dos dados que aparecem detalhadamente nos anexos ao Relatório. Os dados apresentados abaixo são aqueles que mais diretamente servirão para sustentar a análise que faremos a seguir e, sobretudo, para nos responder às duas questões principais da pesquisa:

- 1) As condições de crescimento do Triângulo Mineiro nos anos 80 e 90 são diferenciadas das de Minas Gerais e do Brasil?
- 2) Constatada a diferença, há elementos suficientes para identificar se as condições de crescimento são estruturais e tendem a se reproduzir?

A resposta a ambas as questões, especificamente à segunda, que é parte de um debate já histórico de convergência das rendas regionais, conforme já mencionamos, sustenta-se em dados, mas depende de um esforço analítico mais consistente.

Tabela 1

POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS
E DE MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO
E ALTO PARANAÍBA – 1985, 1990, 1992, 1994, 1995 E 1996

MUNICÍPIO	1985	1990	1992	1994	1995	1996
Minas Gerais	14.347.952	15.490.474	15.914.074	16.278.018	16.471.523	16.673.097
TM e Alto Paranaíba	1.443.126	1.568.079	1.621.492	1.676.363	1.705.422	1.735.587
Triângulo Mineiro	973.740	1.062.219	1.099.878	1.138.347	1.158.858	1.180.238
Alto Paranaíba	469.385	505.860	521.614	538.017	546.564	555.349
Araxá	140.821	155.196	159.847	163.106	164.836	166.635
Frutal	141.592	144.017	145.524	147.396	148.379	149.395
Ituiutaba	124.598	129.282	130.818	131.942	132.514	133.092
Patos de Minas	189.942	197.843	202.674	209.177	212.537	215.970
Patrocínio	138.622	152.821	159.093	165.733	169.191	172.744
Uberaba	235.667	241.184	247.453	258.099	263.607	269.243
Uberlândia	471.883	547.736	576.083	600.910	614.358	628.508

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Tabela 2

PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL DO BRASIL,
MINAS GERAIS E TRIÂNGULO MINEIRO
PREÇOS CONSTANTES DE JULHO DE 1998, EM BILHÕES DE REAIS

Regiões	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	665,6	715,5	740,5	739,8	763,5	729,9	737,4	733,4	769,5	814,5	848,9	872,3
Minas Gerais	50,0	52,5	54,2	54,4	53,1	53,8	54,2	53,3	55,1	58,4	60,8	63,3
Triângulo Mineiro	3,8	3,9	4,2	4,2	4,1	4,3	4,5	4,4	4,5	4,9	5,4	5,6

Fonte dos Dados Primários: os dados de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro são da Fundação João Pinheiro e os do Brasil do Instituto de Economia do Setor Público.

Nota: Deflator dos dados de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro: IGP-DI.

1 – O PIB do Triângulo Mineiro é a soma dos PIBs dos municípios que compõem a região.

Tabela 3

PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL DE MINAS GERAIS,
TRIÂNGULO MINEIRO, ALTO PARANAÍBA E MICRORREGIÕES
PREÇOS CONSTANTES DE JULHO DE 1998, EM MILHÕES DE REAIS

Regiões	Deflator	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
MINAS GERAIS	1,1044	50.018	52.530	54.207	54.356	53.075	53.839	54.159	53.313	55.093	58.404	60.833	63.308
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	1,1044	5.307	5.495	5.876	5.894	5.740	5.969	6.253	6.168	6.335	6.854	7.302	7.654
Triângulo Mineiro	1,1044	3.778	3.945	4.159	4.163	4.134	4.324	4.473	4.432	4.478	4.891	5.365	5.633
Alto Paranaíba	1,1044	1.529	1.550	1.718	1.731	1.606	1.645	1.780	1.736	1.857	1.963	1.937	2.021
Araxá	1,1044	664	676	693	732	677	660	758	721	758	788	798	813
Frutal	1,1044	428	462	494	492	497	510	534	549	569	596	654	652
Ituiutaba	1,1044	388	395	425	440	413	397	409	389	393	417	451	454
Patos de Minas	1,1044	463	498	543	555	518	515	547	547	600	637	633	661
Patrocínio	1,1044	402	375	482	445	411	470	475	469	499	538	506	547
Uberaba	1,1044	1.077	1.104	1.171	1.184	1.135	1.151	1.154	1.096	1.135	1.210	1.282	1.398
Uberlândia	1,1044	1.884	1.984	2.069	2.046	2.089	2.264	2.375	2.399	2.382	2.669	2.979	3.129

Tabela 4**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB PARA O BRASIL, MINAS GERAIS, MESO E MICRORREGIÕES SELECIONADAS****TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL**

Regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	7,5	3,5	-0,1	3,2	-4,4	1,03	-0,54	4,92	5,85	4,22	2,76
Minas	5,02	3,19	0,27	-2,36	1,44	0,59	-1,56	3,34	6,01	4,16	4,07
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	3,54	6,94	0,30	-2,61	3,98	4,76	-1,36	2,71	8,19	6,53	4,83
Triângulo Mineiro	4,44	5,41	0,10	-0,69	4,58	3,45	-0,92	1,03	9,23	9,69	4,99
Alto Paranaíba	1,32	10,84	0,80	-7,23	2,43	8,21	-2,48	6,99	5,69	-1,34	4,36

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB AGROPECUÁRIO

Regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	-8	15	0,8	2,8	-3,7	1,37	4,89	-0,07	5,45	4,08	4,06
Minas	-12,35	25,66	-6,80	-1,42	-4,28	7,54	-3,29	5,08	1,91	-2,35	4,68
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	-1,09	27,57	-1,95	-3,36	2,13	5,93	0,27	1,82	3,86	0,35	3,63
Triângulo Mineiro	0,98	22,23	-2,08	0,13	2,56	4,09	2,55	-4,53	5,15	6,67	1,38
Alto Paranaíba	-4,57	37,02	-1,74	-8,86	1,39	9,16	-3,54	13,09	1,93	-9,42	7,74

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL

Regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	11,7	1	-2,6	2,9	-8,2	0,26	-4,22	7,01	6,73	1,91	3,73
Minas	10,54	-2,56	6,98	-7,08	3,59	-4,66	0,91	1,46	8,44	2,55	4,26
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	3,73	-3,10	8,61	-9,38	12,38	4,33	-0,13	-2,58	13,71	9,08	7,23
Triângulo Mineiro	4,45	-1,90	7,83	-6,59	13,87	2,38	0,09	-3,75	14,54	12,42	8,88
Alto Paranaíba	1,85	-6,29	10,77	-16,99	7,82	10,64	-0,82	0,95	11,31	-0,86	1,69

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB SERVIÇOS

Regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	8,1	3,1	2,3	3,5	-0,8	1,96	1,52	3,21	4,73	4,48	1,87
Minas	5,94	0,22	-3,08	1,67	1,58	1,78	-3,68	3,93	3,98	6,08	3,20
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	6,07	0,18	-2,87	2,04	1,49	3,34	-3,85	5,64	6,36	7,79	3,48
Triângulo Mineiro	6,25	0,06	-2,98	2,67	1,59	2,73	-3,94	5,89	7,01	8,92	3,78
Alto Paranaíba	5,54	0,54	-2,52	0,20	1,19	5,19	-3,57	4,90	4,42	4,35	2,54

Fonte dos Dados Originais: Fundação João Pinheiro e Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 5**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PIB POR SETOR DE ATIVIDADE**

(%)

Regiões	1985			1986			1987		
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	10,20	40,20	49,50	10,40	42,00	47,70	8,70	39,80	51,50
Minas Gerais	12,23	34,66	53,10	10,18	36,39	53,43	12,57	34,83	52,60
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	23,47	24,71	51,82	22,36	24,69	52,95	27,04	22,68	50,28
Triângulo Mineiro	20,65	25,09	54,26	19,91	25,03	55,06	23,40	23,61	52,98
Alto Paranaíba	30,43	23,78	45,79	28,59	23,84	47,57	35,83	20,43	43,74
Regiões	1988			1989			1990		
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	8,80	37,90	53,30	6,90	34,50	58,60	9,10	34,30	56,70
Minas Gerais	11,72	37,28	51,00	11,78	35,33	52,89	11,10	36,03	52,87
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	26,51	24,64	48,85	26,2	22,83	50,97	25,69	24,64	49,67
Triângulo Mineiro	22,97	25,52	51,51	23,06	23,90	53,04	22,58	25,98	51,44
Alto Paranaíba	35,04	22,52	42,44	34,28	20,07	45,65	33,88	21,09	45,03
Regiões	1991			1992			1993		
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	7,79	36,16	68,93	7,72	38,70	77,50	7,56	41,61	81,82
Minas Gerais	12,76	36,73	57,54	12,54	37,65	56,30	12,75	36,96	56,62
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	27,94	26,39	52,7	28,41	26,72	51,37	28,16	25,34	52,84
Triângulo Mineiro	24,43	27,66	54,94	25,29	27,94	53,26	23,90	26,62	55,82
Alto Paranaíba	36,76	23,20	47,08	36,36	23,59	46,55	38,44	22,26	45,64
Regiões	1994			1995			1996		
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	9,85	40,00	64,25	9,01	36,67	60,72	7,98	35,48	61,27
Minas Gerais	12,26	37,81	55,54	11,49	37,23	56,57	11,56	37,30	56,06
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	27,03	26,63	51,94	25,46	27,27	52,55	25,17	27,90	51,88
Triângulo Mineiro	23,00	27,92	54,69	22,37	28,61	54,61	21,60	29,67	53,68
Alto Paranaíba	37,07	23,44	45,10	34,03	23,56	47,70	35,13	22,95	46,86

Fonte dos Dados Originais: Fundação João Pinheiro e IBGE.

Obs.: A partir de 1991, a soma dos percentuais excede 100% uma vez que foi acrescentada a imputação financeira no percentual de cada setor de atividade.

Tabela 6**INVESTIMENTOS POR MUNICÍPIOS
TRIÂNGULO MINEIRO E A PARANAÍBA – 1986/1997**

(US\$ 1.000)

Municípios	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Araguari		105,4	104,0		3564,5	7126,3	165,8	125,9	1149,0		600,0	400,0
Araxá	5305,6			959,1	85,6	1166,4	1055,5	626,4	129,6	18670,0	2688,0	52382,8
Ituiutaba				485,4		1432,8	18843,8	376,9	265,1	8030,0	850,0	50,0
Patrocínio	3976,3	144,9	243,3	3000,7		875,3	515,2	317,6	262,3	910,0	1042,9	285,0
Uberaba	22599,8	55169,4	259,7	370150,4	6075,8	5697,1	2042,3	5687,3	5231,9	51350,0	9869,5	20782,4
Uberlândia	6849,4	9995,5	42960,7	71259,6	106328,2	8026,2	485031,9	875,5	13700,5	15161,0	2223,7	222250,0
Outros	4926,6		2809,6	250,0	3650,0	75,5		1500,0		1000,0	34500,0	25659,5
Total	43657,7	65415,2	46377,3	446105	119704,1	24399,6	507654,5	9509,6	20738,4	95121	51774,1	321810

Fonte: CDI e INDI – Elaboração Própria.

Tabela 7

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS
 POR SETOR DE ATIVIDADE (EM %) – BRASIL, MINAS GERAIS
 E TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – 1986, 1990 E 1996

	Agropecuária	Indústria	Com./Serv.	Outros	Total
1986					
Brasil	1,22	33,48	64,85	0,45	100,00
MG	1,59	32,30	65,78	0,33	100,00
Triângulo e Alto Paranaíba	4,19	25,73	69,37	0,70	100,00
Triângulo	4,84	26,05	68,39	0,72	100,00
Alto Paranaíba	2,21	24,75	72,38	0,66	100,00
1990					
Brasil	1,61	29,65	63,40	5,34	100,00
MG	2,71	28,93	62,74	5,62	100,00
Triângulo e Alto Paranaíba	6,08	25,73	62,91	5,29	100,00
Triângulo	6,13	25,81	62,79	5,27	100,00
Alto Paranaíba	5,92	25,45	63,28	5,35	100,00
1996					
Brasil	4,17	26,82	68,62	0,39	100,00
MG	7,67	27,80	64,26	0,27	100,00
Triângulo e Alto Paranaíba	13,96	25,52	60,35	0,18	100,00
Triângulo	21,89	19,97	56,86	1,28	100,00
Alto Paranaíba	3,96	23,61	71,73	0,70	100,00

Fonte dos Dados Originais: RAIS/Mtb.

Toda a base de dados da pesquisa foi construída a partir da unidade de agregação do município, incluindo um banco de dados. Conforme antecipamos nas seções anteriores, os dados obtidos através da pesquisa de campo são heterogêneos e não foram utilizados para fins de comprovação das hipóteses da pesquisa, apenas como reforço empírico. Além disto, os dados fundamentais dos PIBs nacional, estadual e municipal não contém o detalhamento que seria desejável, identificando os ramos industriais mais relevantes. O recorte é em nível de dois dígitos. A razão é dupla, financeira e metodológica: financeira porque a Fundação João Pinheiro que calcula os PIBs estadual e municipal para Minas Gerais não realiza tabulações especiais, a não ser que se custeie; e metodológica porque o cálculo dos PIBs municipais é feito indiretamente, não utilizando os mesmos métodos da Contabilidade Social. Na verdade, os PIBs municipais constituem-se numa partição do PIB estadual estabelecida por indicadores selecionados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A resposta à primeira das questões colocadas no início da Seção 3 sobre as condições de crescimento diferenciadas conta com dados dos PIBs para o Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e suas microrregiões (Tabelas 1 e 2). A série histórica cobre o período de 1985 a 1996, foco mais específico da pesquisa, e para o qual há disponibilidade de dados.

A comparação das taxas de crescimento dos PIBs mostra que em sete observações, de uma série de onze, o Triângulo Mineiro apresenta níveis superiores em relação ao País e a Minas Gerais. Isto não acontece em 1986, 1989, 1992 e 1993 (Tabela 3). Nesta mesma Tabela, há uma sistematização dos dados por setor de atividade. O único ano da série em que há um crescimento do TM inferior a MG e ao Brasil, tanto no PIB total quanto no setorial, é o ano de 1993. Nos demais, há diferenças, porém o crescimento do TM supera pelo menos um dos outros dois níveis de agregação. Esses períodos são caracterizados na tabela por um sombreamento.

Os anos em que o crescimento do Triângulo Mineiro não supera o do Brasil e de Minas Gerais apresentam circunstâncias particulares em relação aos demais da série histórica de dados. Em 1986, há uma expansão atípica da atividade industrial, em decorrência da implementação do Plano Cruzado, com explosão do consumo e esgotamento da capacidade produtiva. Em 1989, último ano do Governo Sarney, foi implementado o Plano Verão. O objetivo principal do plano era conter as expectativas de aceleração da inflação, o que foi conseguido apenas nos primeiros meses. Ao final do ano, a retomada do processo de aceleração inflacionária foi intensa e repercutiu duplamente sobre a atividade agropecuária e sobre a atividade industrial. Mesmo assim, a taxa de crescimento do Triângulo Mineiro superou a de Minas Gerais. Em 1992, houve um crescimento da produção agropecuária menor do que no Brasil: 2,55% em comparação com 4,89%. O grande impacto negativo veio da Indústria e de serviços. Mesmo assim, a taxa de crescimento do TM superou a de Minas Gerais. Finalmente, 1993 é o único ano em que o crescimento da região é inferior tanto ao do Brasil quanto de Minas Gerais. Há uma queda expressiva da produção agropecuária (4,53%) conjugada com uma queda na produção industrial (3,75%). É interessante observar que a produção industrial do TM não apresenta um movimento cíclico semelhante à do Brasil. Entendemos que isto ocorre porque a atividade industrial local está muito ligada à agricultura, sofrendo, portanto, os efeitos das mudanças desta atividade. Tampouco apresenta um movimento sintonizado com a produção agrícola local, provavelmente porque as agroindústrias têm escala de atuação em nível do mercado nacional.

A análise dos dados, em primeira aproximação, indica que as razões para esse comportamento diferenciado dos PIBs estão ligadas aos graus de diversificação das “economias” em cada um dos recortes utilizados. Como se sabe, uma das características marcantes da economia brasileira, que a distingue de outras tantas economias em desenvolvimento, é o grau de diversificação da indústria, muito semelhante à de economia industrializadas completas. Existe internamente a produção de praticamente todos os ramos industriais relevantes, sem discutirmos a mesma correspondência em termos de qualidade tecnológica e níveis de produtividade.

A Tabela 4 nos apresenta a participação percentual dos setores na composição do PIB total. Em 1985, a participação da Agropecuária era de 10,20 % para o Brasil, 12,23% para Minas Gerais e 20,65% para o Triângulo Mineiro. Quando incluímos a região vizinha do Alto Paranaíba essas diferenças são potencializadas porque esta é uma região mais intensamente voltada para a Agropecuária (30,43%). No outro extremo da série, em 1996, essas participações eram de 7,98% para o Brasil, 11,56% para Minas Gerais, 21,60% para o Triângulo Mineiro e 35,13% para o Alto Paranaíba. Portanto, houve uma ampliação das disparidades nessas participações, mostrando um aprofundamento da importância da agropecuária na região.⁶

Ora, há diversos estudos mostrando as diferenças entre o comportamento cíclico dos setores industrial e agropecuário, particularmente a agricultura. Rezende (1993) faz uma resenha da literatura sobre a agricultura e o ciclo econômico, destacando características próprias aos dois setores no curto prazo. A análise tem um foco mais determinado na agricultura brasileira e sustenta que o produto agrícola vegetal não apenas preservou na década de 80 sua tendência de crescimento dos anos anteriores como também apresentou um comportamento de curto prazo anticíclico. Essas indicações valem para o conjunto da produção agrícola, mas não necessariamente para cada um dos produtos. A análise desagregada realizada por Rezende mostrou que há uma forte queda na taxa de crescimento da produção de exportáveis e um sensível aumento na produção de culturas de mercado interno, se compararmos os anos 70 aos anos 80.

Portanto, pelo menos no caso brasileiro recente, o comportamento anticíclico se sustentou pelo desempenho dos produtos agrícolas de mercado interno. Por esta razão, ao mostrarmos uma importância significativamente

6 Foram feitos alguns cálculos estatísticos que mostraram que as séries apresentam desvios padrão baixos. Por esta razão, estamos avaliando os extremos da série para apreender mudanças mais significativas.

diferenciada dos setores de agropecuária e industrial nos PIBs brasileiro, mineiro e triangulino estamos ao mesmo tempo dando indicações do que poderão ser os diferentes determinantes das dinâmicas nos três níveis.

Por outro lado, a comparação entre níveis de agregação diferentes apresenta armadilhas. Assim como é evidente que a diversificação da produção industrial vai variar diretamente proporcional ao nível de agregação, isto é, que a diversificação da economia brasileira é maior do que a do estado de Minas Gerais, que, por sua vez, é maior que a do Triângulo Mineiro, ocorre o mesmo em relação à produção agropecuária. E, neste caso, com a agravante de que na agricultura, especialmente em nível dos municípios, ocorrem especializações produtivas mais fortes.

Os dados dos PIBs municipais fornecidos pela Fundação João Pinheiro dão indicações importantes a esse respeito⁷. A Região do Triângulo Mineiro é composta por quatro microrregiões: Ituiutaba, Uberlândia, Frutal e Uberaba. A atividade agropecuária é mais voltada para a produção animal, com destaque para o rebanho bovino e produção de leite. A produção vegetal é também bastante expressiva, contando com lavouras de café, algodão, milho, abacaxi, soja e laranja. Esta atividade é mais importante nas microrregiões de Frutal, detentora de 44% do total agropecuário da região, e Uberlândia com 30,7% de participação. A caracterização é feita ainda para a indústria, serviços, além do cálculo dos PIBs percapita.

Uma primeira observação mostra que a Região do Triângulo Mineiro é heterogênea. O PIB por habitante em 1995, por exemplo, é 22% superior ao do Estado, mas das quatro microrregiões, uma delas – Ituiutaba – está abaixo da média estadual. Frutal, por outro lado, apresenta um PIB por habitante de R\$ 4.123, 41, valor que supera em 42,5% o de Minas Gerais.

A partir desse dois elementos – participação superior das atividades de agropecuária e heterogeneidade interna –, podemos considerar que nos períodos em que a agropecuária apresenta bom desempenho relativo comparado às demais atividades que compõem o PIB, há uma tendência da taxa de crescimento do Triângulo Mineiro em superar a do Brasil e a de Minas Gerais. Falta, ainda, mostrar a intensidade deste efeito. Trata-se de uma investigação não trivial porque se situa no âmbito da discussão da apropriação local da renda gerada. A comparação é mais difícil porque estamos analisando níveis de

7 O estudo da Fundação João Pinheiro – Produto Interno de Minas Gerais – Municípios e Regiões, 1985-1995 – apresenta uma série de detalhamentos, a partir dos dados do PIB. Em muitos dos itens apresentados são elaborados rankings em que os municípios e regiões são comparados entre si e com a média do Estado.

agregação que têm uma correspondência espacial: quanto maior a desagregação menor o espaço coberto.

Os dados disponíveis para esta análise cobrem os rendimentos do emprego formal, os projetos de investimentos cadastrados em bancos oficiais, e a arrecadação local de impostos. Começamos pela análise do emprego. A Tabela 7⁸ nos mostra a participação dos empregos com carteira assinada no total dos empregos, por setor de atividade, para o Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Percebe-se imediatamente que a participação da agropecuária é muito pequena em comparação com serviços e indústria. Grazziano da Silva (1996: 181) argumenta que nos anos 80 a agricultura continuou reduzindo a sua participação no emprego, especialmente na Região Centro-Sul. A participação da população ocupada na agricultura na PEA total caiu de 29% para 23% entre 1981 e 1990, enquanto para a Região Nordeste essa proporção caiu de 48% para 38% no mesmo período. Em 1986, a participação do emprego na agropecuária no total do emprego formal brasileiro era 1,22%, em Minas Gerais 1,59% e no Triângulo Mineiro de 4,84%. Em 1996, esses indicadores eram de 4,17% para o Brasil, 7,67% para Minas Gerais e 21,89% para o Triângulo Mineiro. Portanto, uma ampliação proporcionalmente muito maior no TM.

Uma observação da série histórica mostra que houve um notável aumento da participação do emprego na agropecuária a partir da implementação do Plano Real. A razão é que houve um efeito renda imediato da estabilização monetária, com a expansão do consumo de alimentos, com consequências para o mercado deste tipo de produto (Almeida Filho, 1998). Há um salto de patamar da participação do emprego na agropecuária no emprego total no Triângulo Mineiro: de 10% para 20%, aproximadamente. A partir daí, há uma estabilização.

É evidente que aí não estão incluídas atividades eventuais e empregos temporários, que não temos condições de dimensionar. Isto significa que as condições de apropriação local da renda podem ser mais favoráveis. Além disto, observa-se que, a partir do Real, a participação do emprego formal na agropecuária vai tendencialmente ultrapassando a participação do emprego formal na indústria. Somando essas duas participações, verificamos que a participação do setor serviços do TM é sempre inferior à de Minas Gerais e Brasil. Análise feita por Salm (1997) indica que a expansão maior do emprego ocorre justamente em serviços.

8 Em razão de limitação de espaço total para o artigo, apenas uma parte da tabela que consta do Relatório da Pesquisa é reproduzida aqui.

A importância deste tipo de análise de emprego para a avaliação da dinâmica regional está em que a condição de apropriação local da renda de salário é muito maior. A razão é que a parcela dos salários destinada ao consumo é maior em comparação com a renda de capital, e o gasto ocorre basicamente em produtos característicos do mercado interno. Assim, mesmo que os lucros da atividade comercial de distribuição e venda dos produtos destinados ao consumo de assalariados sejam remetidos para fora da região de análise, o impacto local é proporcionalmente mais significativo.

Em 1996, o setor serviço apresentava uma participação de 53,68% no PIB do Triângulo, em comparação a 56,06% para Minas Gerais, e 61,27% para o Brasil. A análise da série completa de 1986 a 1996 não apresenta desvio importante em relação a essas participações. Assim como no setor de agropecuária, há grande heterogeneidade das participações das microrregiões no total da região. Comércio, aluguéis, transporte e outros serviços contribuem decisivamente para a expansão do setor serviços. Destacam-se como microrregiões mais expressivas, respondendo por aproximadamente 61% do total do PIB, Uberlândia e Uberaba.

Conforme observamos, a expansão do emprego no Brasil tem se dado principalmente no setor serviços, em detrimento do setor industrial. O fato de o setor industrial ser relativamente menor no Triângulo Mineiro apresenta implicações dinâmicas. É provável que este seja um indicador de uma possível permanência das taxas diferenciadas de crescimento do PIB nos níveis do TM, Minas Gerais e Brasil, nos próximos anos.

Uma outra dimensão importante da análise diz respeito à população (Tabela 1). O Triângulo Mineiro concentrava em 1996 7,07% da população de Minas Gerais; desta participação, a microrregião de Uberlândia entrava com 3,77%, portanto, mais da metade da população. Isto determina um potencial de crescimento, porém desequilibrado. Da mesma forma, a arrecadação de impostos mostra uma concentração semelhante aos empregos e população. Em 1997, a microrregião de Uberlândia tinha uma participação de 78,5% no total da receita de impostos da Região do Triângulo Mineiro.

Esses indicadores somados configuram uma situação de pólo de desenvolvimento e provavelmente indicam que o potencial de expansão e manutenção do crescimento diferenciado é localizado, e que o nível de agregação pertinente não pode ser o da Região do Triângulo Mineiro, e sim das microrregiões. A razão preliminar para que a pesquisa tenha se concentrado na área maior tem a ver com o fato do TM constituir-se numa das 10 regiões de planejamento do Estado e ter sido objeto de estudos anteriores, referências para a presente pesquisa.

Esta indicação, inteiramente compatível com Diniz (1991), é ratificada por uma outra pesquisa realizada no DEECO/UFU pela pesquisadora Vanessa Petrelli Corrêa. Esta pesquisa foi apoiada pela FAPEMIG⁹. Neste caso, o foco da investigação estava voltado para a intermediação financeira na Região do “Brasil Central”. A hipótese da pesquisa, comprovada pelos dados, era da existência de uma concentração de agências em regiões/municípios de maior dinamismo, destacando-se Uberlândia. Duas são as conclusões principais:

- a) Não obstante a mudança institucional do Sistema Financeiro nos anos 80/90, não há alteração na lógica de operação dos grandes bancos de trabalhar com redes de agências concentradas em praças de maior dinamismo. Foi constatada uma forte concentração em algumas cidades de médio porte, dentre elas, Uberlândia;
- b) O estudo de financiamentos específicos, direcionados essencialmente pelo Setor Público, mostrou aparentes divergências com a constatação acima. Verificou-se perda de participação do TM e de Uberlândia. A explicação tem a ver com a queda dessas fontes de financiamento, sobretudo daquelas destinadas à agropecuária.

Finalmente, cabe tratar dos investimentos. Fizemos um levantamento dos projetos cadastrados no CDI e INDI, indicando as empresas, os municípios e as microrregiões de aplicação dos projetos. Os dados aparecem nas Tabelas 8, 9 e 10. Dos investimentos aprovados para o Triângulo Mineiro, de 1986 a 1997, 59,65% foram destinados ao município de Uberlândia e 33,62% destinados ao município de Uberaba, totalizando juntos 93,27% do total dos investimentos da região. Portanto, a concentração apresentada pelas outras variáveis já tratadas se repete quanto a investimentos.

5 CONCLUSÕES

Parece-nos evidenciado que as condições dinâmicas do Brasil, Minas Gerais e Triângulo Mineiro são diferenciadas. A análise centrada no perfil dos PIBs, quando confrontada com as condições de acumulação da economia brasileira nos anos 80 e 90, mostra claramente que a especialização do Triân-

9 A pesquisa tem por título “A Dinâmica Econômica da Região do Brasil Central: a Questão da Intermediação Financeira”, foi concluída em 1999 e o relatório está sendo avaliado pela FAPEMIG.

gulo Mineiro em atividades agropecuárias foi favorável ao seu crescimento. A especialização permitiu que a região apresentasse sucessivamente taxas de crescimento do PIB superiores as das duas outras “regiões” investigadas.

As evidências da diferenciação ganham importância quando levamos em consideração que a comparação entre o Triângulo Mineiro, Minas Gerais e Brasil apresenta características particulares. Na verdade, cada uma das “regiões” corresponde a níveis de agregação, sendo que cada nível abrange o anterior. Desta forma, as condições institucionais ou de regulação tendem a ser as mesmas, abrindo espaço para uma análise localizada da especialização produtiva e de serviços. Os distintos impactos das alterações institucionais ficam por conta da localização espacial e da resposta a que agentes que atuam nesses espaços e em ramos industriais complementares apresentam. O fato do Triângulo Mineiro e, sobretudo, o Alto Paranaíba terem uma estrutura econômica em que a atividade agropecuária é nitidamente mais relevante pode servir denexo, uma ligação de interesses, que coordene expectativas e engendre blocos de investimentos em condições divergentes com o restante da economia. Os dados de projetos de investimentos autorizados pelo CDI/INDI sugerem esta possibilidade.

Uma consequência desta análise é que o movimento cíclico da economia é, no mínimo, atenuado. Por exemplo, no período recessivo de 1990-92, apenas no último ano a economia triangulina tem um resultado negativo; em contrapartida, ainda em 1989, resultado do contingenciamento dos recursos para a agricultura, há uma antecipação da recessão.

Há evidentemente outros aspectos que poderiam ser analisados para caracterizar a dinâmica diferenciada do Triângulo Mineiro. Um desses aspectos, talvez o mais relevante na perspectiva histórica do desenvolvimento regional, é a posição geográfica. Ao longo do período de industrialização, conforme estudos anteriores já demonstraram, a posição geográfica permitiu que o TM cumprisse funções de entreposto, desenvolvendo a atividade de diversos grupos atacadistas. Entretanto, as mudanças no padrão de desenvolvimento, isto é, o esgotamento de uma determinada forma de desenvolvimento capitalista e o início da transição para uma outra forma, vêm modificando aceleradamente este aspecto. Mais importante do que a posição geográfica tem sido os incentivos e subsídios concedidos por estados e municípios. Recentemente, houve a divulgação pelos meios de comunicação de planos estratégicos dos principais grupos atacadistas que têm sede em Uberlândia de mudar para Goiás, em decorrência das vantagens fiscais. Há ainda aspectos menos importantes, como os baixos salários e poder sindicais, proximidade de matérias-primas, condições de infra-estrutura urbana, *etc.*

A questão que nós colocamos no início da terceira seção e que seria a nossa segunda pergunta de investigação é se, constatada a diferença entre os crescimentos em favor do Triângulo Mineiro, os aspectos determinantes poderiam ser considerados estruturais. Entendemos que o único aspecto estrutural que tende a persistir é a especialização produtiva. Isto significa que a manutenção da projeção da dinâmica diferenciada passaria por admitir que o dinamismo da agricultura nacional, nos produtos que são à base da produção triangular, se manteria.

Finalmente, avaliamos que a circunscrição do objeto da pesquisa, que deveria abranger um levantamento completo da estrutura econômica dos municípios que compõem o Triângulo Mineiro, não chegou a afetar a investigação sobre a dinâmica. Fizemos um banco de dados interno com os questionários aplicados e pretendemos complementar todas as informações no futuro. O trabalho de campo mostrou que os municípios da região começam a se preocupar em reunir informações de sua abrangência econômica, de sorte que brevemente poderemos ter melhores condições de análise.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. *A Federação em Perspectiva*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- ALMEIDA FILHO, N. (Coord.) *O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro – 1960/1980*. Uberlândia: DEECO\UFU, 1988. (Relatório de Pesquisa PNPE\IPEA).
- *Os Limites Estruturais à Política Econômica Brasileira Nos Anos 80\90*. Campinas, IE\UNICAMP, 1994. (Tese).
- *Desigualdade e Convergência das Rendas Regionais: Uma Revisão a Partir dos Dados Empíricos de Minas Gerais*. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 8, 1998, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1998.
- BRANDÃO, C. *Triângulo – Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1989. (Dissertação).
- CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 1985.
- *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1993.
- CORRÊA, V. P. *Padrão de Desenvolvimento e a Conformação da Estrutura de Financiamento Brasileira*. Uberlândia: DEECO/UFU, 1994. (Texto para Discussão).
- *A Estrutura de Financiamento Brasileira e a Oferta de Financiamento de Longo Prazo ao Investimento*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996. (Tese).
- DELGADO, G. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: ICONE\UNICAMP, 1985.
- DINIZ, C. C. *Dinâmica Regional da Indústria no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1991. (Tese de Professor Titular).
- *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

- FREITAS, P. S. R., SAMPAIO, R. C. (Coords.). *Sinopse do Diagnóstico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Uberlândia: DEECO\UFU, 1985. (Relatório de Pesquisa)
- GRAZIANO DA SILVA, J. F., KAGEYAMA, A. *A Dinâmica da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Campinas: IE\UNICAMP, 1987. (Mimeogr.).
- . *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES, E. N. *Infra-estrutura Pública e Movimento de Capitais: A Inserção do Triângulo Mineiro na Divisão Interregional do Trabalho*. Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 1990. (Dissertação).
- NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1980-1990)*. Campinas: IE/UNICAMP, 1994. (Tese).
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- POSSAS, M. L. *Dinâmica da Economia Capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REZENDE, G. C. *A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise*. Rio de Janeiro: Ipea, 1993.
- SALM, C. Vai ser difícil requalificar. *Boletim de Conjuntura*, IE/UFRJ, 1997.